

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

ABRIL A JUNHO 1974 — ANO XI — NÚMERO 42

O BRASIL

NA ESCALADA DO DESENVOLVIMENTO (1)

Desembargador DOMINGOS SÁVIO BRANDÃO LIMA

SUMÁRIO

1. — Generalidades;
2. — Países desenvolvidos e países subdesenvolvidos
 - 2.1 — O subdesenvolvimento
 - 2.2 — O desenvolvimento
 - 2.3 — Comparação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento
3. — O Brasil na escalada do desenvolvimento
 - 3.1 — Uma potência em ascensão
 - 3.1.1 — O mercado de capitais
 - 3.1.2 — Indústria pesada
 - 3.1.3 — Fontes de energia
 - 3.1.3.1 — Combustíveis minerais sólidos
 - 3.1.3.2 — O petróleo
 - 3.1.3.3 — Eletricidade
 - 3.1.4 — Estrutura política, social e institucional
 - 3.2 — Problemas acarretados pelo desenvolvimento
 - 3.2.1 — Problemas internos
 - 3.2.2 — Problemas externos
 - 3.3 — A segurança, fulcro do desenvolvimento
 - 3.4 — Objetivos nacionais e a estratégia para o desenvolvimento
4. — Conclusões.

1) Trabalho apresentado no Curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, na Capital do Estado de Mato Grosso, em outubro de 1973.

1. GENERALIDADES

Ao iniciar um estudo inteiramente divorciado da área de minha especialidade de jurista e professor de Direito Privado, trago, como bússola, aquela sábia e oportuna advertência de WILLIAM STRUNK, transmitida por E. S. WHITE: "Se você não sabe a pronúncia exata de uma palavra, pronuncie-a baixinho". Minha cautela e experiência recomendam ainda transformá-la em roteiro, como o fizera JOHN PLANK: "Se você não pode ver claro no assunto sobre o qual tem de falar, faça-o em tom menor, confidencialmente".

Assim seja comigo, embora o tom confidencial não deva nem possa ser interpretado com as restrições do regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos...

"O homem, animal progressista, ser histórico em sentido muito especial, para vir a ser o que é e conquistar o que realmente deseja ser, deve e "pode refletir — diz BESSELAAR — nas suas experiências, tirando delas conhecimentos gerais a fim de aproveitá-las para um caso semelhante no futuro", afirmando, mais além, que "o instrumento do progresso é a tradição: a transmissão dos conhecimentos, métodos, formas, valores e experiências que o passado a custo elaborou para pô-las a serviço da posteridade", ou, como quer IGLESIAS, "o novo deve descansar no velho e conhecido, naquilo que foi entregue (tradição significa entrega) de uns a outros" (2).

Na história não existem improvisações. O homem apresenta sempre um encadeamento tão perfeito e lógico que o seu futuro se torna previsível se for baseado em circunstanciada observação de seu passado e de seu presente. As modificações que se sucedem são resultado de sua capacidade de adaptação dos elementos naturais aos próprios fins.

Impõe-se, assim, um conhecimento profundo das raízes históricas das instituições e das condições de vida, onde se destaquem a mentalidade do grupo pesquisado, sua capacidade técnica, seu tipo de organização, suas tradições que estimulam ou entram sua atividade, seu tipo de cultura.

Para que possamos compreender a situação real e as verdadeiras potencialidades de uma nação, em seu aspecto econômico, devemos considerar como pressupostos as condições que lhe impõe o meio geográfico e determinados aspectos históricos, forjadores do caráter nacional e da capacidade de reação às vicissitudes. Este estudo não pode ser simplesmente fotográfico, puramente descritivo e estático, revelando apenas o que existe. A pesquisa — em qualquer que seja a área desejada, mesmo atualizando o que se encontra feito, motiva renovação. Procura observar os fatos, penetrando na essência de seus elementos, para explicar suas origens e perceber todas as tendências prenunciadoras de modificações futuras, objetivando planejar ações que os conduzam às metas projetadas.

2) LIMA, Domingos Sávio Brandão — "O Negócio Jurídico Intitulado "FICA" e seus Problemas na Jurisprudência" — *Revista de Informação Legislativa* n.º 22 (abril a junho, de 1969), pág. 27.

No mundo hodierno, experimentamos uma fome inusitada de mudanças radicais. Nossas instituições se agitam no processo permanente de reforma. Corporificou-se a idéia de transformação, sob o bafejo vivificante da técnica e da ciência. Modificam-se estruturas, conceitos e práticas tradicionais, a fim de que outros vigamentos e novas tendências e formas de ação consubstanciem os anseios das gerações presentes.

As instituições políticas, como instrumentos de disciplina e orientação do Governo e da sociedade, influenciadoras preponderantes nos desdobramentos da vida nacional, não podem permanecer apáticas e para que possam cumprir continuamente seus fins, absorvem também os resultados das inovações comuns e, particularmente, das que se operam no domínio econômico e cultural.

2. — PAÍSES DESENVOLVIDOS E PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Atualmente, costuma-se dividir o mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Esta classificação, com ponderáveis oposições, atende a uma necessidade teórica; entretanto, não pode ser encarada de maneira excessivamente esquemática, como se pudéssemos sintetizar o desenvolvimento apenas em dois estágios estanques. A história registra, em sua evolução técnico-econômica, etapas diversas alcançadas de modo desigual pelos diversos povos e nações.

A gênese desta classificação, longe de encontrar-se no determinismo geográfico propagado pelos fanáticos discípulos de RATZEL, que teimam em exagerar a inelutabilidade das condições impostas pelo meio, deve ser localizada nos vertiginosos progressos científicos e técnicos nos séculos XVIII, XIX e XX, em suas proveitosas aplicações industriais, assim como no surgimento dos diferentes tipos de relações sociais, políticas e econômicas decorrentes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Países houve que, em se beneficiando dessas imensas modificações, iniciaram uma produção em ampla escala, a preços menores, acumulando, evidentemente, maiores riquezas. Este enriquecimento, conseqüência lógica da cultura e da organização racional, tornou-os poderosos, colocando na órbita de sua influência ou dependência, econômica ou política, regiões de menor produtividade ou de deficiente organização.

Desta forma, a diferença, uma nova forma de apreciação, surge da compreensão de que os homens diferem entre si, não só sob o aspecto biológico e psicológico, como também do critério social e econômico, de uma camada para outra da sociedade, de uma região para outra do mesmo país, de países de uma para outra região do globo.

No decurso dos séculos, passado e atual, a situação privilegiada da maioria dos países considerados "desenvolvidos" ou industrializados consolidou-se através do capitalismo, cujo sistema se afirmava na livre concorrência dentro das atividades econômicas em geral e no primado da iniciativa particular, estimulada pelo enorme incentivo ao lucro pessoal indiscriminado.

Comprovou-se que, nos últimos cento e cinquenta anos, as legislações de quase todas as nações deram ênfase à livre competição em que degladiam os indivíduos na conquista da prosperidade individual. A sede incontida da segurança financeira, os acenos de uma vida mais agradável, a busca desenfreada ao maior prestígio e poder, tudo estimulou e motivou os homens a se empenharem nessa luta sem quartel com sensíveis reflexos na capacidade de produção e da riqueza de diversas nações.

A ciência, a técnica e os sistemas de organização se impuseram como fatores quase exclusivos no aprimoramento da produção industrial e na mais agressiva forma de comercialização e, objetivamente, passaram a constituir-se como um dos meios de enriquecimento mais rápido.

2.1 – O SUBDESENVOLVIMENTO

Inexiste uma boa conceituação de subdesenvolvimento. A própria palavra “subdesenvolvimento” chegou a ser taxada como insultuosa. Em 1949, a ONU empregou o vocábulo com o seu significado implícito de “potencialidade de desenvolvimento”, considerando que só é subdesenvolvido quem pode desenvolver-se. Por mais atrasado que seja, considera-se plenamente desenvolvido o país que houver atingido a sua potencialidade máxima.

Recentemente, na mesma ONU, procuraram utilizar-se de uma expressão, muito a gosto de alguns países: “países em desenvolvimento”, o que aumenta a confusão ainda mais. Ninguém contesta que os países “desenvolvidos” continuam em perene “desenvolvimento” e que os países “em desenvolvimento” também não estão sem desenvolvimento.

Foi, ainda, em fins da década dos 50, que a ONU, em estabelecendo um elemento mensurador das economias das nações, segundo o grau de progresso alcançado, adotou o critério de definir como subdesenvolvido o país cuja renda nacional ou interna *per capita* não excedesse o nível dos quatrocentos dólares. Elevando-se o produto interno bruto em dólares ao valor de 1969, aquela conceituação nivelou-se aos US\$ 700,00 de produto *per capita*.

Com o surgimento desse critério para aferição do desenvolvimento estritamente vinculado ao aspecto econômico, podemos afirmar que o subdesenvolvimento é a regra e o desenvolvimento, a exceção, pois, o número de países desenvolvidos representa nítida minoria entre os povos do mundo, na proporção de 4 para 1. Para comprovação, basta levar-se em conta que, na população mundial avaliada em 3.620.000.000, apenas 950 milhões são desenvolvidos, com uma renda *per capita* superior a setecentos dólares e os restantes 2.715.000.000 não conseguem ultrapassar esse nível. O que ainda é mais alarmante nestes três quartos subdesenvolvidos, é que cerca de um terço tem renda inferior a cem dólares, uma fração ponderável em torno dos duzentos e a imensa maioria não excede a quatrocentos dólares individuais por ano.

Embora reconheçamos que a renda *per capita* "é um substituto eficiente para qualquer identificação de características de desenvolvimento jamais mencionadas", como o quer BRUTON (*), acreditamos que esse critério não poderá ser levado em conta como mensuração rigorosa e discriminatória de maior ou menor desenvolvimento. A maior renda *per capita* que se tem notícia, conforme divulgação da imprensa, é atribuída a Abu Dhab, minúsculo e quase desconhecido Estado árabe, onde o Xequê Zayed Ben, beneficiário de inúmeros poços petrolíferos de recente exploração, auferi uma renda inacreditável, cujo total repartido pelo insignificante número de súditos, situa-se muito acima da renda dos Estados Unidos. Por outro lado, o Kuwait, ou Quatar, possui renda superior à Itália e França, em conjunto. Ambos são regiões tipicamente subdesenvolvidas, com uma população vivendo em acentuada pobreza, ignorância e falta de higiene.

O desenvolvimento possui aspectos multidimensionais, tornando-se impossível apreciá-lo sob uma ótica da univaliação, o que nos limitaria apenas ao desenvolvimento sócio-econômico; para nós que acreditamos nos valores espirituais e materiais do homem, possui maior importância. Uma análise científica do subdesenvolvimento nos conduz a diversos problemas, exigindo uma pletoira de indagações e, conseqüentemente, pesquisas em vários campos e sentidos. "O conjunto de problemas reunidos sob a expressão cômoda de estado de subdesenvolvimento — comenta BALANDIER (4) — não depende apenas das condições inerentes à sociedade em atraso mas ainda às incidências sobre esta última, da expansão das sociedades mais poderosas".

Podemos aferir o subdesenvolvimento pelos seguintes indicadores (5):

- níveis de nutrição;
- percentual da população agrícola em relação à força de trabalho;
- produtividade do homem/hora;
- distribuição da renda nacional;
- grau de industrialização;
- níveis de instrução;
- taxa de crescimento demográfico;
- grau de integração econômica;
- estrutura social;
- índices sanitários;
- população economicamente ativa;

3) BRUTON, Henry J. — "Princípios de Economia do Desenvolvimento" — São Paulo — Editora Atlas — 1969 — pág. 19.

4) BALANDIER, George — "Le Tiers Monde" — Paris — 1956 — pág. 123.

5) "Política Nacional de Desenvolvimento" — C6-123-72 — E. S. Guerra — Rio, pág. 6.

- expectativa de vida;
- estabilidade político-social;
- renda *per capita*.

2.2 -- O DESENVOLVIMENTO

Hoje, auscultamos no mundo toda uma ânsia generalizada para o desenvolvimento. Os governos buscam unir esforços neste sentido, dependendo do êxito de sua capacidade catalizadora. Segundo entende MYRDAL (⁴), "o presente interesse em desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico é um reflexo da dramática alteração política que está congregando as nações subdesenvolvidas, todas animadas pelo desejo de desenvolvimento e aspirando por uma maior igualdade internacional".

Na encíclica *Populorum Progressio*, após afirmar que desenvolvimento é sinônimo de crescimento, o Pontífice aduz que o "verdadeiro desenvolvimento é, para todos e cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas". E para que não haja erros e incompreensões, procura ainda explicitar o conceito, categorizando:

São condições menos humanas:

- as carências materiais dos que são privados do mínimo vital;
- as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo;
- as estruturas opressivas, quer provenham de abusos da posse ou do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações;

São condições mais humanas:

- a passagem da miséria à posse do necessário;
- a vitória sobre os flagelos sociais, pragas...;
- a aquisição crescente da dignidade de todos os homens;
- a consideração crescente da dignidade de todos os homens;
- a orientação para o espírito de pobreza contentando-se com o crescimento médio;
- a cooperação no bem comum;
- a vontade de paz e de convivência pacífica com todos;
- o reconhecimento pelos homens dos valores supremos e sobretudo de Deus que é a origem de todos eles;
- a unidade na caridade que chama todos os homens a viverem na fraternidade a vida de Deus.

O desenvolvimento não pode e não deve ser considerado apenas sob o prisma econômico, como um crescimento da produção em ritmo superior à taxa demográfica, resultando em maior produção *per capita*. O fenômeno se nos apresenta, em sua generalidade, muito complexo, envolvendo ainda aspectos culturais, sociais e políticos, com características especiais, embora inter-relacionados. A própria melhoria econômica não é decorrência apenas do aumento de capital, de maior extensão de território, ou de maior concentração de riquezas no subsolo, mas também do crescimento da eficiência gerencial, tecnológica e do esforço humano mediante uma melhor educação, melhor saúde, melhor motivação e melhor organização política e social.

Por outro lado, como muito bem especifica OTÁO (6):

“O desenvolvimento não é um fim pré-fabricado, um traje que a pessoa enverga de vez. Ele não se faz a partir de fora, mas deve ter seu ponto de apoio no interior. Ele resulta, necessariamente, não da pura assistência mas de cooperação. Por isso, no desenvolvimento é preciso afastar o PATERNALISMO, que é a própria negação do desenvolvimento autêntico. No ponto de partida de qualquer esforço de auxílio mútuo é preciso gravar esta palavra de L'AVELLE: “O maior dom que se pode fazer aos outros não consiste em comunicar-lhes a nossa riqueza mas em revelar-lhes a sua”. A primeira tarefa dos responsáveis pelo desenvolvimento consiste em ajudar os povos a se erguerem em seus próprios pés, dando-lhes uma base para sua auto-expressão como criaturas humanas, proporcionando-lhes condições para a eclosão da inteligência e o despertar da liberdade, levando-os a descobrir a existência de seus semelhantes e a aprender a integrar e a deixar-se integrar, ajudando a comunidade nascente a ultrapassar o egoísmo, a mobilizar iniciativas e a exigir o respeito e a cooperação das autoridades.”

Em linhas gerais, o desenvolvimento se revelou muito mais complexo do que se julgava e para se fazer algum progresso, mister se faz centuplicar esforços de todos, com maior intensidade do que outrora se supunha. Recursos físicos, tecnológicos e humanos constituem os fatores preponderantes no processo desenvolvimentista. O progresso ou as possibilidades para aumentar ou medir o desenvolvimento dependem da dinâmica de cada conjunto destes fatores.

6) OTÁO, Irmão José — “Cultura, Tecnologia e Desenvolvimento” — in *Revista Brasileira de Cultura* — Rio — MEC — C.F.C. — 1971 — 8/77.

2.3. -- COMPARAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Analisando as diferenças entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, transcrevemos de HADDOCK LOBO o seguinte Quadro Comparativo (7):

PAISES DESENVOLVIDOS	PAISES SUBDESENVOLVIDOS
1) Alto nível de capacidade técnica da população.	1) Baixo nível de capacidade técnica da população.
2) Indústria tecnicamente desenvolvida. Construção do próprio equipamento industrial ou capacidade para providenciá-la em curto prazo.	2) Indústria pouco desenvolvida. Dependência do exterior para o equipamento industrial e a orientação técnica.
3) Número muito pequeno ou praticamente nulo de analfabetos. Instrução pública obrigatória até a idade relativamente avançada.	3) Proporção elevada de analfabetos. Instrução pública geralmente precária.
4) Agricultura racionalizada baseada geralmente na cultura intensiva de propriedades pequenas ou médias. Adubação científica generalizada e mecanizada das lavouras, principalmente, quando as propriedades são maiores. Alto rendimento da terra e de produção <i>per capita</i> .	4) Agricultura baseada em processos rotineiros, e, freqüentemente, predomínio do latifúndio. Baixo rendimento das terras e da produção <i>per capita</i> .
5) Predominância da população urbana.	5) Predominância numérica de população rural, geralmente bastante acentuada.
6) Disponibilidade de capitais, permitindo aplicação de parte dos mesmos no estrangeiro.	6) Carência de capitais disponíveis de dependência de capitais estrangeiros para o próprio desenvolvimento.
7) Alto nível médio de alimentação.	7) Baixo nível médio de alimentação, em geral.
8) Elevado padrão de vida médio e alta renda <i>per capita</i> .	8) Baixo padrão de vida médio, em geral.

3. -- O BRASIL NA ESCALADA DO DESENVOLVIMENTO

A preocupação matemática de equacionar os problemas para solucioná-los com maior rapidez e precisão também se acentua no campo econômico. A economia, com extrema cautela, busca descobrir generalizações, fundando-se na observação e análise constantes de fenômenos aparentemente distintos, visando apreender as uniformidades que se escondem sob essas diversidades. A determinação dessas generalizações possibilita uma previsão das conseqüências prováveis de certos acontecimentos, condições ou circunstâncias, sem contudo nos

7) LOBO, Haddock R. -- "Geografia Econômica" -- S. Paulo -- Editora Atlas -- 1970 -- pág. 80.

conduzir a uma fórmula certa e infalível que nos coloque no ápice do desenvolvimento.

Formular e implementar políticas que possibilitem a um país de baixa renda atingir um nível crescente de renda *per capita* durante longo período de tempo, tem constituído o anseio geral dos povos subdesenvolvidos.

ROSTOW⁽⁸⁾ equacionou o processo de crescimento em cinco estágios, a saber: o tradicional, o período de precondições, a decolagem, o período de crescimento sustentado e o alto consumo em massa.

O estágio tradicional, onde predomina uma área de produção e consumo primários, com baixas taxas de poupança e ausência de disponibilidade da moderna ciência, constitui o ponto de partida para todas as seqüências de crescimento. A característica mais evidente do estágio de condicionamento é a mudança de mentalidade, o rompimento dos laços do tradicionalismo, para possibilitar a decolagem. É preciso que o homem creia em sua capacidade de modificar seu destino. É como uma alvorada, um longo e lento processo de mudança, que pode durar um século, sedimentando, construindo e amadurecendo, onde o povo deve querer arcar com o ônus das mudanças e transformações radicais, a taxa de investimento e a produtividade agrícola precisam crescer, os empresários e capitalistas devem surgir.

A decolagem, período curto, no máximo de duas ou três décadas, surge como estágio decisivo e importantíssimo. Do seu esforço concentrado dependerá a ascensão ou derrocada. Sustenta-se da conjunção tríplice dos seguintes elementos básicos: um aumento na taxa de investimento de 5 para 10 por cento, mais ou menos; desenvolvimento de atividades manufatureiras e afirmação de uma estrutura política, social e institucional que consolide as conquistas e imprima substancial alento aos novos impulsos. Neste estágio, "a escala da atividade econômica produtiva atinge um nível crítico e produz alterações que conduzem a uma transformação estrutural maciça e progressiva nas economias e nas sociedades de que são parte".

O quarto estágio consiste no avanço para a maturidade ou período de crescimento sustentado. Aqui, a tecnologia moderna domina todos os setores e o crescimento assume papel mais ou menos rotineiro. O estágio final, estado de prosperidade tão desejado, de alto consumo em massa, de elevado padrão de vida e aparelhos de todas as espécies, é a meta da maior parte do mundo atual.

Como o próprio ROSTOW salienta, estes estágios não são meras caracterizações descritivas, mas possuem uma "lógica interior" e continuidade que revelam o processo de crescimento.

Examinaremos, agora, porque afirmamos, com realismo e consciência, que o BRASIL é

3.1 — UMA POTÊNCIA EM ASCENÇÃO

A música só possui a faculdade de comunicar-se e de perpetuar-se na sensibilidade dos ouvintes, quando estes reconhecem ou sentem que tudo o

8) ROSTOW, Walt W. — "The Stages of Economic Growth" — *apud* Bruton, Henry J. — *ob. cit.* no n.º 3 — págs. 411/12.

que aquela melodia desvela já lhes pertencia obscuramente. O poder de sua fixação não reside na criação como mera intenção, mas no fato de trazer à tona, na estruturação do que já existia em forma nebulosa e dispersa, no dizer o que ainda não tenha sido dito.

O desenvolvimento assemelha-se à música: deve ser um estribilho de afirmação e vontade, na consciência de cada povo. Querer é poder, especialmente, quando existem os recursos necessários à concretização dessa vontade. É necessário que o povo esteja impregnado de uma doutrina, com a idéia fundamental de que precisamos de uma filosofia para motivar e incrementar o sentido de nossos objetivos nacionais.

Aquele arrojo de libertar-se das peias do tradicionalismo, aquela mudança de mentalidade tão indispensável ao rompimento dos laços do tradicionalismo, já se aclimatou entre os brasileiros. Já existe uma crença generalizada do potencial de nossa capacidade física e econômica e muito mais ainda a conscientização de que somos senhores de nosso destino econômico.

Seguindo-se a trilha dos estágios rostowianos, podemos situar o nosso País em fins do terceiro estágio, iniciando com decisão e virilidade o quarto período, caracterizando-se, desta forma, em avançada transição para o desenvolvimento. Tal afirmativa, longe de produto de acendrado e exagerado otimismo, consubstancia antes uma análise fria dos seguintes dados:

3.1.1 - O MERCADO DE CAPITAIS

Em 1970, o mercado brasileiro de capitais acusou substancial desenvolvimento. Os depósitos a prazo e os aceites cambiais dos bancos de investimento cresceram, em conjunto, 58% no decorrer do ano. Os aceites cambiais das financeiras aumentaram 43% e o movimento de Obrigações Reajustáveis do Tesouro (ORTN) no mercado de balcão atingiu Cr\$ 1.652 milhões. As transações das bolsas de valores do Rio e de São Paulo somaram Cr\$ 4.578 milhões, traduzindo acréscimo de 86%, comparativamente a 1969⁽⁹⁾, o que as coloca entre as mais ativas do mundo.

Os depósitos a prazo fixo, na área dos bancos de investimento, acusaram o excepcional aumento de 127%. O Sistema Financeiro Habitacional prosseguiu em seu significativo crescimento. Em 1970, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço proporcionou ao Banco Nacional de Habitação o montante de Cr\$ 1.514 milhões, contra Cr\$ 1.224 milhões, em 1969. O crescimento de 101,4% foi atingido pelos depósitos de poupança nas sociedades de crédito imobiliário.

A aquisição de imóveis e outros ativos reais, tradicional forma de poupança dos brasileiros, cedeu lugar aos papéis financeiros, ocasionando o desenvolvimento do mercado de capitais⁽¹⁰⁾. O fator primordial dessa confiança popular no setor de investimentos foi a base institucional, proporcionada pelo Governo, que não tem medido esforços no sentido de ampliar e aperfeiçoar essa infra-estrutura com adequada legislação e continuados incentivos.

9) "Esinopse Estatística do Brasil" — Fundação IBGE — 1971 — págs. 318/9.

10) Banco do Brasil — Relatório Anual — 1971 — pág. 17.

3.1.2 — INDÚSTRIA PESADA

Vencida a fase de substituição das importações, as forjas brasileiras estão produzindo máquinas e equipamentos para atender à demanda crescente de nosso parque fabril, inclusive máquinas que fazem máquinas.

A produção de veículos registrou, em 1960, 133.078 unidades, quase dobrou, em 1967, com 225.389 unidades, para alcançar, em 1971, 515.808 unidades.

No setor da construção naval, nossa capacidade se elevou a 350 mil TDW, sendo que a produção de "oreoil" de 130.000 TDW pertence aos estaleiros da Ishikawajima ⁽¹¹⁾.

Chegamos até a vender, além de navios, uma completa usina de açúcar a um país latino.

A indústria siderúrgica brasileira, no início de 1970, enumerava 42 usinas, controladas por 37 empresas, destinadas à produção de ferro-gusa, de aço para laminação e para forjamento, e de aço para fundição. Deste total, cinco empresas possuem a maioria de seu capital em mãos da União, diretamente do Tesouro Nacional, ou de órgão federal (BNDE).

Nossa produção atingiu, em 1970 ⁽¹²⁾, 4.202.000 tons. de ferro-gusa e 5.368.000 tons. de aço, prevendo-se, para 1980, a produção de 20 milhões de toneladas de lingotes.

As reservas comprovadas de ferro são da ordem de 2,12 bilhões de toneladas. O potencial estimado eleva-se a 41,5 bilhões de toneladas, sem considerar a ocorrência da Serra dos Carajás, no Pará, cujo potencial foi recentemente estimado em 17,6 bilhões de tons., mais do que seis vezes o total dos depósitos do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. No cômputo mundial, o Brasil tem posição quase idêntica à dos países melhor dotados como os Estados Unidos, a China e a União Soviética. A extração alcançou, em 1970, o volume de 40 milhões de toneladas, das quais 70% foram exportadas.

Mesmo assim, o País tem necessidade de aço. Neste ano, o *Consider* decidiu elevar de dois para dois e meio milhões de toneladas o volume de importação de aço, numa tentativa de atender ao crescente aumento do consumo. Para o próximo ano, a previsão das importações é de 3 milhões e 200 mil toneladas, podendo chegar aos 3 milhões e meio de toneladas em função da procura e da oferta da produção nacional. Para 1975, com as providências adotadas, prevê-se que, no segundo semestre, descontadas algumas importações de menor porte, o Brasil se terá tornado auto-suficiente.

A indústria siderúrgica nacional produz atualmente todos os produtos correntes (planos e não-planos) e a maioria dos aços especiais, preparando-se agora, para ingressar em dois setores nobres: aços inoxidáveis e aços ao silício de grão orientado (para motores e transformadores elétricos). Suas chapas para a construção naval e para a indústria petrolífera (reservatórios) obedecem às especificações internacionais e, em qualquer espessura, podem atingir 2,80 m

11) *Sinopse Estatística do Brasil* — Fund. IBGE — 1971 — pág. 319.

12) "As Instituições de Indústria e Comércio do Brasil" — Crown Editores Internacionais — Rio — 1972 — págs. 122 e segs.

de largura. Produzimos quase todos os tipos de trilhos para ferrovias, tubos sem solda ou com costura, perfis laminados ou soldados, vergalhões e pequenos perfis.

Somente em 1972, investiu-se na indústria siderúrgica o montante de 27.700 milhões e, no período 1971-1976, serão mobilizados para a expansão do setor de laminados planos os recursos de US\$ 1.502,6 milhões.

Por outro lado, a produção industrial brasileira que, em 1967, apresentou um acréscimo de 3%; em 1968, reagiu com uma alta de 14,9% para, em 1969, acusar um crescimento de 10,7 (13).

O complexo industrial tecnológico nacional, no período de 1971-1974, receberá investimentos na ordem de Cr\$ 32.600 milhões, em seus setores de siderurgia, química, mecânica e elétrica, celulose e papel, cimento, bens de consumo não-duráveis e outros (14), dispondo, atualmente, de 880 mil empregos para a mão-de-obra especializada.

3.1.3 - FONTES DE ENERGIA

O homem para conseguir o seu desenvolvimento precisa saber utilizar-se dos recursos naturais que descobre e explora no espaço geográfico em que habita, colocando-se com seu próprio engenho e arte a serviço da nação para multiplicar esforços e melhorar rendimentos.

O homem, com o seu próprio esforço e tenacidade, avançou em suas conquistas, domou o ambiente hostil e inclemente, usando, numa ordem lógica de sucessão, as chamadas fontes de energia: o fogo, a água, o vento, o carvão de madeira, a hulha, a *eletricidade*, o *petróleo*, os gases naturais e, recentemente, a fissão do átomo. Examinaremos, apenas, as que se encontram sublinhadas, por serem características de um país em expansão:

3.1.3.1 - COMBUSTÍVEIS MINERAIS SÓLIDOS

A existência de hula de boa qualidade determina o destino industrial das nações. O exemplo da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Bélgica e Estados Unidos, recentemente, a União Soviética dispensa qualquer comentário.

Todas as geografias econômicas destacam que o Hemisfério Sul é pobre em carvão e sua produção não ultrapassa a 5% da produção mundial.

O Brasil possui pequenas reservas na sua parte sul, onde encontramos três combustíveis fósseis sólidos comuns: turfa, linhito e carvão.

A turfa e o linhito não nos oferecem emprego econômico. A hulha, oriunda das jazidas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas reservas estão estimadas em 2.800 milhões de toneladas, possui sua aplicação restrita a gerar vapor em caldeiras fixas.

Para termos uma noção exata, basta dizermos que, de 1945 a 1963, a produção de carvão registrou um crescimento moroso, oscilando entre 1.900 mil

13) "Atlas Cultural do Brasil" — Rio — 1.ª ed. — MEC — CFC — Fename — pág. 348.

14) VELLOSO, João Paulo dos Reis — "Novas Dimensões da Sociedade Brasileira" — Rio — 1972 — pág. 14.

tons. em 1946 a 2.570 mil tons. em 1963. Somente após a Revolução, com uma política de energia adotada pelo Governo, passou a aumentar, atingindo 3.246 mil em 1964 e, no ano seguinte, 3.371 mil tons. Já em 1969, consolidamos uma produção de 5.127.351 mil tons. de carvão bruto de mina.

3.1.3.2 — O PETRÓLEO

As importações nacionais de petróleo bruto e derivados representam 10 a 12% do total de nossas importações, estando ainda o Brasil em grande déficit no que se refere à gasolina de aviação e a óleos lubrificantes.

Embora nosso País tenha poucas áreas sedimentares de origem marinha, sendo formado quase inteiramente por rochas ígneas, com apenas 3.015.000 km² de rochas sedimentares, nossa capacidade de processamento de petróleo atingiu, no ano de 1971, o total de 543.600 BPDO, com previsão do ano passado para 813.800 BPDO, assegurando-se que em 1980, nossa capacidade de refino atingirá 1.275.000 BPDO.

No final do ano passado, nossas reservas eram da ordem de 127 milhões de m³ de petróleo, com um consumo de 250 milhões de barris ao ano, dos quais importamos entre 160 a 170 milhões.

Em Duque de Caxias está sendo instalado um conjunto destinado a produção de lubrificantes, que aproximará o País de sua autonomia. A produção de asfalto é suficiente para cobrir as necessidades do País. O gás líquido de petróleo já satisfaz 65,6% de nosso consumo, sendo nossas reservas de 26.117 milhões de m³ de gás. (barril = 158 litros).

3.1.3.3 — ELETRICIDADE

Um dos meios mais eficazes de avaliar o desenvolvimento industrial de uma nação é o consumo de matérias-primas e o de energia.

Possuímos um dos maiores potenciais hidráulicos do mundo, superado apenas pelo Congo, China, União Soviética, estimado em 150 milhões de quilowatts, localizado nas bacias do Prata e do Amazonas, que permitirá atender à demanda de energia elétrica em função dos atuais níveis de desenvolvimento brasileiro, ou seja, a manutenção de incremento anual de 10% do Produto Nacional Bruto.

De todo o potencial, apenas 6.176 milhões de quilowatts encontram-se em operação; pouco mais de 10 milhões em construção e cerca de 20 milhões em projetos e estudos, sendo os outros 42 milhões objeto de estudo em futuro próximo.

Entre os diversos programas que visam à ampliação da capacidade instalada, o mais importante é o de Urubupungá, que adicionará 4.500.000 kw, aproximadamente 50% da atual geração hidráulica. O "Sistema de Furnas", abastecedor do complexo industrial Sudeste, já dispõe de dois dos seus cinco milhões de kw projetados. Os investimentos no setor energético, liderado pelas Centrais Elétricas Brasileiras — ELETROBRÁS — em 1971, atingiam Cr\$ 5 bilhões.

A geração de energia, em 1960, acusou o total de 22.865 em cwh para, em 1968, afirmar-se em 38.181 cwh. O consumo *per capita* de eletricidade evolui 37% a.a., isto é, de 263 kwh, em 1960, para 351, em 1968.

3.1.1.4 - ESTRUTURA POLÍTICA, SOCIAL E INSTITUCIONAL

Se examinarmos a história política continental, arremataremos que, até 1910, com o desencadear da revolução mexicana, as inúmeras revoluções na América Latina não representavam senão uma mera substituição de governos, um simples jogo de interesses e ambições de grupos poderosos, sem que a massa populacional fosse afetada.

Em nossa Segunda República, já pudemos enumerar revoluções, como as de 1930 e de 1945, formuladas com o objetivo essencial de reformas políticas para extirpar as velhas estruturas oligárquicas e eliminar as injustiças sociais

Foi a Revolução de 1964 que implantou plena consciência para o verdadeiro desenvolvimento, democracia e soberania, como objetivos primordiais:

“O verdadeiro desenvolvimento dirige-se a todos, com ampla participação, nos seus resultados, da classe média e dos trabalhadores. A verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições, para transformar o panorama político tradicional brasileiro, no qual, até pouco, sem embargo das forças políticas dedicadas ao bem comum na República velha e na nova, a inautenticidade era, não raro, a nota característica, ora da representação, ora do sistema político. A verdadeira soberania exige que o País realize o esforço de organizar-se, trabalhar e agir eficientemente na construção de seu próprio desenvolvimento, conquistando autoridade e liberdade de movimentos para definir a forma, aliás relevante como complementação do esforço nacional e como instrumento de absorção de nova tecnologia.” (15)

Foi ela que procurou “dotar o País das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando, assim, a sua viabilidade como grande potência”.

Os dois Governos iniciais da Revolução lançaram os fundamentos da estrutura econômica que possibilitaria o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável, cujos efeitos todos sentimos e reconhecemos, no momento.

“Os resultados essenciais, quantitativos e qualitativos, desse trabalho refletem-se na simultânea aceleração da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que se elevou de 1,5% em 1963, para cerca de 8,4% em 1968, e 9% em 1969 (segundo estimativa preliminar), e na redução da taxa de inflação, que caiu de 90% em 1964 para nível de 20% em 1969 (índice geral de preços); na sistemática correção de distorções e aumento da eficiência do sistema econômico, com racionalização das políticas fiscal, monetária, de preços e salários; no esforço de

15) “Metas e Bases para a Ação de Governo” — Rio — 1971 — pág. 3.

aumento da produtividade do setor público e de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964, inclusive na redução do *deficit* de caixa do Tesouro Nacional; a preços de 1970, de 24.510 milhões em 1963 para Cr\$ 820 milhões previstos para o corrente exercício, e com elevação da poupança em conta corrente do setor público, de (-) 0,3% do PIB em 1963 para (+) 4% no nível atual; na realização de investimentos maciços na infra-estrutura econômica (Energia, Transportes, Comunicação de longa distância), indústrias básicas (notadamente a Indústria Petroquímica e a Construção Naval) e infra-estrutura social (particularmente Habitação e Educação); no desenvolvimento de poderoso mecanismo de transferência de recursos federais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia e, em geral, para os Estados e Municípios; na racionalização do setor externo, permitindo-se melhor integração do Brasil na economia internacional em expansão, com aumento substancial na receita de exportações do País; e na efetivação sistemática de reformas econômicas e sociais, dentre as quais se ressalta a Reforma da Educação, a Reforma Agrária e a Reforma Administrativa." (15).

Arquitetando e montando a estrutura política que daria estabilidade necessária ao desenvolvimento, o País, com tranqüilidade, segurança e uma consciência de seu importante papel na comunidade das nações, conserva-se no rol dos dez países de maior nível global do Produto Interno Bruto (PIB), no mundo ocidental, atingindo, no ano de 1971, o nível de 11,3% e, pretendendo, em 1974, ultrapassar a barreira dos 500 dólares *per capita*.

De acordo com os resultados obtidos, com o crescimento vertiginoso que estamos apresentando, com a ação eficiente e programada do Governo, com os grandes recursos naturais e industriais que possuímos e, sobretudo, com a nova mentalidade que vitaliza o brasileiro, podemos afiançar que o Brasil já pode ser considerado como uma potência nascente, concluindo sua decolagem, para afirmar-se nas alturas de uma economia sustentada e penetrar, em menos de dez anos, nas alturas do desenvolvimento.

Em síntese, um País que apresenta:

a) já, em 30-06-1969, um total de US\$ 1.098.507.000 de capitais privados estrangeiros aplicados em seu desenvolvimento (16) para, em janeiro de 1973, registrar US\$ 3.040 bilhões de dólares, crescendo nosso Produto Interno Bruto na ordem de 55 bilhões de dólares;

b) que, no segundo semestre do corrente ano, só o Banco do Brasil fez empréstimos no setor privado de Cr\$ 5.197,4 milhões, representando um aumento, em seis meses, de 18,4%, muito superior à taxa de inflação no mesmo período;

c) um volume físico da produção industrial com o crescimento de 11,1% em 1970, contra 10,8% em 1969, e 13,2% em 1968, cujos resultados pare-

16) "Almanaque de Seleções" — Rio — 1971 — pág. 139.

cem indicar a retomada final do desenvolvimento no setor industrial (17), a saber:

— na indústria de transformação:

metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação (+ 8,8%); bebidas e fumo (+ 8,1%); têxtil e vestuário (+ 8,8%); transformação de minerais não metálicos (+ 25,4%); borracha (+ 22%); química (+ 17,9%); material de transporte (+ 16,3%); papel e papelão (+ 11,5%);

— na indústria de energia elétrica, em 1970, o aumento de 9,5%, considerando-se que a capacidade das usinas hidrelétricas brasileiras manteve entre 1968/70 o elevado ritmo de crescimento iniciado há mais de dez anos, registrado um aumento de 42,8%. Hoje, coordenando o Plano Nacional de Energia, aplicam-se em todo o País US\$ 1 bilhão anuais, com vistas a ampliar nossa produção de 12,6 milhões de kw (capacidade atual) para 25 milhões de kw, em 1977, e 30 milhões de kw em 1980, para atender ao pleno suprimento do crescimento anual da demanda, cuja taxa está situada em torno de 12%, uma das maiores do mundo (18);

— na produção extrativa mineral um acréscimo nas exportações de ferro (+ 31%) dos 40 milhões de toneladas extraídas, de manganês (+ 81%), de nióbio-piroclore (+ 61%), sendo que a produção brasileira de ouro chega, aproximadamente, a 10 toneladas/ano, correspondendo a cerca de 0,6% da produção mundial;

— na indústria de cimento o volume de 9 milhões de toneladas, em 1970, tendo produzido apenas no primeiro semestre do corrente ano 6.217.330 toneladas, representando um acréscimo sobre igual período do ano passado de 18%, colocando-se entre os 12 maiores produtores mundiais, com sua cimenteira, em plena evolução, devendo, nos próximos anos, atender ao aumento das necessidades internas, não obstante haveremos exportado, no primeiro semestre do corrente ano 26.905 toneladas de cimento *Portland* para a Nigéria, Serra Leoa, Guiana, Bolívia e República Dominicana;

— na indústria siderúrgica o consumo *per capita* de 63 quilos que, há 7 anos atrás, girava em torno de 50 quilos, alcançando, em 1970, o consumo de aço 15% superior às previsões de 2 anos antes. A produção de aço para 1975 está estimada em 9 milhões de toneladas e, até 1980, para 20 milhões de toneladas, o que elevará o consumo *per capita* para 125/130 quilos;

— na indústria de veículos automotores a produção de 416.394 veículos em 1970, 516.067 em 1971, prevendo-se para 1975 um

17) "Síntese Estatística do Brasil" — Rio — FIBGE — 1971 — pág. 131 e segs.

18) "BC Diário — Econômico/Financeiro" — Rio — 26-27-6-72, pág. 10.

milhão de veículos/ano e, para 1980, 1,5 a 2 milhões de automóveis e caminhões. Basta lembrar, para comprovar nossa capacidade de expansão, que levamos sete anos para fabricar um milhão de veículos, cinco para produzirmos o segundo milhão e apenas três anos para completar 331 milhões de unidades;

- em petróleo e derivados a produção de 9,9 milhões de m³, ou seja, 62 milhões de barris, de petróleo bruto, superando em 3,8% a produção de 1970, representando apenas 33,7% do consumo nacional. O consumo nacional é na ordem de 250 milhões de barris (158 litros) por ano;
- na indústria petroquímica, implantada há apenas 15 anos, o emprego de 9% dos trabalhadores da indústria de transformação, calculando-se que a capacidade instalada seja, em 1975, de 5.126 mil toneladas anuais, dos quais 1.498 mil serão de produtos petroquímicos básicos e 3.628 mil de produtos primários, intermediários e finais. Os projetos em andamento prevêem aproximadamente 100 mil novas oportunidades de emprego, expandindo-se em todos os setores, desde os elásticos às fibras, tintas, plásticos, detergentes, propeno, butano, aromáticos, borracha sintética, amônia, fertilizantes, uréia, etileno e outros;
- na indústria naval um desenvolvimento e um alto nível de produtividade tal, que suas exportações deverão alcançar mais de US\$ 100 milhões este ano, superando, inclusive, as vendas de produtos têxteis, atualmente, na ordem de US\$ 70 milhões;
- na indústria açucareira, a maior de açúcar de cana do mundo, uma produção da safra que se inicia de 93,3 milhões de sacos de 60 quilos, equivalentes a 5.598 mil toneladas, tendo as exportações de 1971 atingido 1,2 milhões de toneladas, representando aproximadamente 6% do açúcar posto em circulação no mercado internacional;
- no plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico, partimos de 1968 com 36 milhões de cruzeiros, o que representava 0,04% do PIB para 1,9 bilhão de cruzeiros, quase um por cento do PIB, no corrente exercício;

d) um Governo estável, honesto, bem conceituado no seio do povo, com vontade e decisão férreas que correspondem plenamente aos anseios e objetivos nacionais, com uma legislação adequada ao processo desenvolvimentista, com uma estratégia para melhorar as condições do mercado interno e externo em plena execução, após um amadurecido período de estudo, em cumprimento ao Plano Nacional de Desenvolvimento, onde estão destinados e especificados recursos para todos os setores da vida e economia nacionais.

Por isso, afirmamos convictos que um País com tão compensadores indícios de progresso não pode ser considerado mais um País subdesenvolvido, senão um País que se encontra em acelerada e vertiginosa transformação para o de-

envolvimento. Concedamos a palavra a um estrangeiro que, com isenção, poderá manifestar-se com melhor franqueza:

“Em 10 anos, o Brasil será uma das cinco maiores potências do mundo”. Esta previsão de um banqueiro brasileiro pode parecer um pouco exagerada — afirma EVERETT G. MARTIN⁽¹⁹⁾ — mas os empresários de todo este vasto território demonstram esta confiança atualmente e não sem razão. O Brasil, que já foi uma monumental desordem econômica, torna-se agora um milagre econômico. Realmente, alguns economistas acreditam que o País possa até ter mesmo algo a ensinar aos EUA, especialmente sobre o estímulo ao crescimento, simultaneamente ao controle da inflação.”

Que é uma potência em ascensão é um fato incontestável, revelado pelas estatísticas e pela análise, mesmo circunstancial, da conjuntura econômica e social brasileiras.

3.2 — PROBLEMAS ACARRETADOS PELO DESENVOLVIMENTO

A Lei de Arquimedes parece ter também sua aplicabilidade na comunidade universal, onde qualquer deslocamento ou ascensão provoca idêntica reação. Fatores adversos, antagonismos e pressões constituem lugar comum na vida de qualquer nação que aspire um lugar de prestígio entre os demais países desenvolvidos.

“Na América Latina — acentua Elísée Reclus⁽²⁰⁾ — cabe incontestavelmente o primeiro lugar ao Brasil, só inferior a três grandes Estados do mundo — a Rússia, a China, os Estados Unidos, e rival do Domínio do Canadá quanto à extensão. Em superfície é quase igual ao conjunto dos territórios hispano-americanos do continente meridional”.

Nosso território, para sermos mais precisos e reais, corresponde ao de todos os dos demais países sul-americanos, se excluirmos o Equador e as Guianas. Ocupamos uma posição geográfica excepcional, mantendo fronteiras com todos os países, exceto o Equador e o Chile, e desempenhamos um papel de singular importância — somos um continente de língua portuguesa num mundo hispânico.

Como muito bem observou Pierre Deffontaines⁽²¹⁾: “Todos os quilômetros quadrados têm aqui um verdadeiro valor de futuro. O Brasil é, de todos os países do mundo, aquele que tem o mais considerável potencial de espaço e este é um primeiro motivo de reflexão”, aduzindo, mais abaixo: “O Brasil se apresenta logo à primeira vista como um Estado gigante, um verdadeiro continente, uma nação-continente”.

“Há apenas uma geração — afirmou B. Brandt, em 1928, — a simples extensão não tinha importância sob o ponto de vista mundial. Hoje, porém, quando a posse territorial e o poder marcham de certo modo paralelamente e a posição de grande potência parece preservada no futuro próximo somente aos países de grande área, pode o Brasil, pela extensão continental de seu território, aspirar a um lugar entre esses Estados privilegiados”, acrescentando-

19) “EC Diário — Econômico/Financeiro” — Rio — 23-5-72 — pág. 8

20) Citações extraídas de AZEVEDO, Aroldo de — “Brasil — A Terra e o Homem” — Vol. I — São Paulo — Cia. Ed. Nacional — 1964 — págs. 5/6.

21) Delgado de Carvalho — “Relações Internacionais” — Rio — B. Exército e Distr. Record — 1871 — pág. 243;

se ainda mais a oportuna exclamação de Supran: "Feliz o Estado que possui tais espaços do futuro, pois pode praticar assim, dentro de suas próprias fronteiras, uma política de expansão, colonizar e prosperar em paz: ele cresce por dentro!"

No seu livro "Approches to Economic Development", os professores Buchanan e Ellis declaram que "os problemas fundamentais do desenvolvimento econômico são não-econômicos". De fato, lembram estes autores que um desenvolvimento econômico não pode ser importado do exterior. Capitais e técnicas, para serem adotados, precisam encontrar um ambiente humano empreendedor que se arrisque em inovações e cujo ajustamento cultural e social torne possível o progresso. Três condições são necessárias: inovações técnicas que tornem eficiente a produtividade, uma ruptura dos quadros econômicos tradicionais e a abertura de novos mercados internos e externos (21).

Assim, não se torna fácil, para efeitos didáticos, a enumeração cronológica dos diversos problemas que o desenvolvimento de um país subdesenvolvido evidencia em todos os seus setores internos e externos.

Como vimos, basta a nossa dimensão continental para provocar ressentimentos; a acumulação de uma proporção crescente da população nas aglomerações urbanas. O desenvolvimento pode ser realizado a curto prazo de uma geração, que arcará infalivelmente com os pesados sacrifícios e ônus dele decorrentes, ou a longo prazo, sem probabilidades definidas mas absolutamente sem encargos maiores para os que tentam consegui-lo, correndo os riscos de sua absorção pelo crescimento descontrolado da população.

É óbvio que a última posição se torna muito mais cômoda para uma política interessada mais em grangear uma popularidade imediata que divisar um resultado final positivo.

O desenvolvimento representa assim um processo elástico que pode ser dinamizado ou retardado, segundo o tempo estabelecido para sua consecução; seus problemas, em consequência, surgem na mesma proporção.

O desenvolvimento mais que alteração das estruturas correspondentes vai, finalmente, modificar o próprio homem.

3.2.1 -- PROBLEMAS INTERNOS

Para projetar-se, precisa o País desenvolver-se por dentro, crescer em suas próprias fronteiras, adquirindo uma infra-estrutura que o capacite a novos empreendimentos sem prejuízo do que foi conquistado. Sua meta essencial concentra-se no capital e na tecnologia; logicamente, todos os problemas advêm do esforço para conseguir e processar a evolução destes dois elementos básicos.

Para facilitar-se o acúmulo interno de capitais nacionais, sem o qual não se pode pensar em desenvolver-se, exigir-se-á sacrifício de toda a população na proporção direta de sua economia. Não se deve imolar a classe pobre, nem tampouco debilitar os economicamente mais favorecidos a ponto de tolher o seu espírito de iniciativa. Aqui, repete-se o episódio de Menenius Agripa: ambas as classes são imprescindíveis ao desenvolvimento e constituem o êmbolo que impulsionará a máquina. A própria passagem do estágio do subdesenvolvi-

to, para o desenvolvimento, importa na eliminação de deficiências e superação de flagrantes desníveis característicos do atraso.

A maioria das famílias acumula pecúlios de uma espécie ou outra, para prevenir as emergências e os dias de privação, o que representa um velho hábito de poupança. Reduzindo-se os dias de privação, observar-se-á fatalmente um aumento na renda líquida dessas famílias. Há ainda outros gastos que podem ser diminuídos ou eliminados, como empregados domésticos, sustento de parentes ociosos, aquisição de bens de consumo dispensável ou de objetos sem os quais se passaria muito bem.

Existe, então, em estado latente, mesmo nos países subdesenvolvidos, um potencial de poupança inexplorado, imobilizado que, acionado e bem dirigido, pode produzir vantagens ao desenvolvimento, sem efeitos prejudiciais, bastando, para isso, colocá-lo em giro. Um programa tributário bem planejado e executado pode explorar o potencial dessa poupança e pode ter sua incidência de um modo que cause o mínimo desestímulo à formação de capital. Havendo um programa tributário bem planejado, o proprietário poderá ser taxado e o empresário subvencionado, sem que se verifique redução real na renda do trabalhador.

A tributação evidencia ainda o peso de sua importância não apenas como um artifício para reduzir o consumo, mas também como um dispositivo para conduzir recursos aos diversos setores da vida nacional, para prevenir incrementos em consumo, para efetuar políticas de preços e para efetuar combinações de insumos.

Um bom sistema tributário visando incentivos diretos para a poupança, aumento das oportunidades de investimento, poupança em determinados setores e efeitos de substituição, deve ser precedido de uma forte dose de persuasão moral destinada a fomentar na sociedade e na mentalidade do povo a certeza de que o desenvolvimento está ocorrendo realmente e que a sua poupança está produzindo frutos concretos. A proporção que a economia demonstra alteração e o povo se conscientiza desses progressos, mais se permitirá uma explosão mais efetiva do potencial da poupança, uma vez que logo no começo do esforço do desenvolvimento esse conhecimento era escasso.

Induzir ou forçar a população a poupar uma parcela cada vez maior de sua renda é tarefa que requer uma gama enorme de informação e muita perícia em sua implementação. Há necessidade ainda de evocar-se a atenção para as restrições impostas pelos fatores institucionais, incluindo a maquinaria administrativa do governo e do setor privado, a existência de um sistema de família numerosa, de costumes sociais alheios à atividade empresarial, de ignorância técnica e econômica, cuja existência limita seriamente a extensão em que as políticas necessárias podem ser postas em execução.

O sacrifício de todos é, conseqüentemente, o maior problema intramuros. Gunnar Myrdal, em sua "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas", tem esta conclusão definitiva:

"Não há outra solução para o desenvolvimento econômico fora do aumento compulsório da parte da renda nacional que é retirada do consumo e consagrada em investimento. Isto implica em política de

extrema austeridade, independentemente de saber se o acréscimo das poupanças resulta dos altos níveis de lucros, reaplicados na expansão industrial ou decorre de aumento de tributação. Essa parcimônia, que tem que ser exigida nos padrões de vida das massas, pela simples razão de seu número, é medida bem mais difícil de conseguir, hoje, nos países subdesenvolvidos, que nos países altamente desenvolvidos, no começo de seu desenvolvimento econômico. A pobreza dos países subdesenvolvidos é muito maior e, além disso, a dificuldade é agravada pela nova ideologia — sem equivalente na história dos países desenvolvidos, mas, agora, disseminada, com seu generoso apoio de que o propósito do desenvolvimento econômico é elevar os níveis de vida de toda a população” (22).

A história da erradicação do subdesenvolvimento, no século atual, está lardada de sacrifícios imensuráveis — do Japão à Rússia, eles são quase inacreditáveis!...

Convém ainda destacar o papel do capital obtido no estrangeiro, cuja eficácia deende das dificuldades existentes na obtenção da certeza de que tais empréstimos proporcionam resultados completos. Este capital, a menos que seja doação, impõe demandas para liquidação do débito que podem, às vezes, anular as vantagens a serem obtidas pelo excesso de importação inicial.

É de importância capital o entendimento dessas dificuldades e, simultaneamente, saber que os empréstimos exteriores e concessões são essenciais para quase todos os países que estão na arrancada para o desenvolvimento. A questão primordial consiste em como ter certeza de que tais empréstimos são usados de maneira efetiva e não se eles são necessários ou desejáveis.

Outra característica essencial dos subdesenvolvidos reside na incapacidade de produzir, eles próprios, os equipamentos indispensáveis que lhes possibilitem escapar e libertar-se da tutela econômica dos países tecnicamente mais adiantados. Isto faz com que sejam coagidos ou “sugestionados” a exportar alimentos e matérias-primas para, em troca, receber manufaturados. Comumente, o algodão, as fibras, o cacau, a madeira, o couro, a lã, os minerais e inúmeros produtos primários que enviem ao exterior, retornam à origem, transformados em artigos industrializados, natural e logicamente, a preços muito superiores. Servindo-se do produto bruto das nações mais atrasadas, a industrialização concorre para enriquecimento das regiões mais adiantadas.

3.2.2 — NO EXTERIOR

Parafrazeando o famoso princípio de Arquimedes, podemos asseverar que, no mundo exterior de cada país, em seu universo antagônico, todo Estado, cujo desenvolvimento extravasa suas fronteiras, provoca no grupo poderoso dos desenvolvidos e colonialistas um deslocamento de forças e pressões idêntico ao volume de sua intromissão econômica.

Outrora, os governos europeus, mais ou menos poderosos, se empenhavam na conquista de colônias com a finalidade de explorá-las. Objetivavam eles assegurar mercados para a colocação de seus produtos manufaturados, adquirir matéria-prima a baixo custo e alimentos, investir capital com alta rentabilidade,

22) MYRDAL, Gunnar — *apud* Accioly Filho — “Desenvolvimento Econômico e Democracia” — 1971 — págs. 26/7.

através da exploração de grandes plantações, minas, empresas portuárias e de navegação, além de outras aplicações em bancos, vias férreas, serviços públicos e pequenas indústrias sem potencial competitivo.

A situação do comportamento colonialista ou da maneira como as grandes potências costumam enfraquecer a economia de regiões subdesenvolvidas, parece-nos bem retratada nas pinceladas realistas destas duas citações exemplificativas:

"Explorando a Índia, a Gra-Bretanha, hábil em preparar os lucros, sabia ao mesmo tempo evitar as perdas. Desde o dia em que começou a ter na Índia um vasto mercado para suas manufaturas, a Inglaterra esforçou-se por arruinar as indústrias regionais. A Índia havia sido, até aos meados do século XIX, um país exportador de artigos fabricados. Nas cidades e nas grandes vias exerciam-se, antigamente, profissões cujos produtos eram conhecidos em todo o mundo. Durante mais de um século e meio foi, sobretudo pelo tráfico dos tecidos finos e dos bordados da Índia e por sua venda nos mercados da Europa, que se enriqueceu a Companhia — antes do desenvolvimento da economia industrial na Grã-Bretanha. Porém, o desenvolvimento da indústria do algodão nesse país fez dos tecidos de algodão de Manchester os rivais dos da Índia. De 1814 a 1835, o número de peças de fazendas importadas da Índia pela Grã-Bretanha caiu de 1.286.000 para 306.000. Em contraposição, o baixo preço das fazendas britânicas fez com que elas fossem aceitas no mercado da Índia, onde pouco a pouco substituíram os tecidos locais: de 1814 a 1835 sua importação passou de 818.200 jardas para 51.777.000. As indústrias indus estagnaram; a vida industrial declinou cada vez mais em locais outrora florescentes. A Índia tornou-se um país quase que exclusivamente agrícola, produzindo matérias primas e recebendo os artigos manufaturados do estrangeiro." (23)

"Em cada país subdesenvolvido... a fraqueza aquisitiva resulta de dois fatores: em primeiro lugar, mas apenas parcialmente, da fraca produtividade econômica e, também (principalmente) dos açambarcamentos importantíssimos levados a efeito por minorias privilegiadas e grandes firmas internacionais. Em grande número de países subdesenvolvidos, a metade ou os dois terços da colheita dos camponeses são tomados pelos grandes proprietários. Ali, o sistema capitalista combinou-se — isso foi acentuado muitas vezes — com relações sociais do tipo feudal, ou, falando menos precisamente, pré-capitalistas. Tudo isso em franco proveito das minorias privilegiadas — das oligarquias — sendo esse o nome apropriado que evoca o partido dos espartanos em Trecédides — e, também, das firmas internacionais."

Nesse campo, a intervenção de tais firmas industriais, cujos lucros são massivamente repatriados para o polo dominante norte-americano — passando ou não pelas contas de bancos da oligarquia local — não pode senão agravar a distorção interna e a defasagem econômica exterior. A comunicação do físico Jean-

23) DEMANGEON, A. — "L'Empire Britannique" — Paris — 1931 — 2.ª ed., págs. 230/1.

Pierre Vigier, difundida simultaneamente em forma de brochura, sublinhava em termos precisos:

“Os Estados Unidos retiram da América Latina, somente para o ano de 1963, 2 bilhões de dólares, enquanto não transferiram, em troca, senão 1,6 bilhões, nesta quantia se incluindo todos os auxílios. A penetração da economia norte-americana na América Latina Continental reduzida numa queda de renda *per capita* de 3% ao ano, nos últimos anos. O decréscimo econômico é corolário da aliança entre as oligarquias locais e o imperialismo do polo dominante” (24)

Nossos problemas internacionais tendem a crescer à proporção que contrariem os interesses econômicos dos países mais adiantados. Nossa penetração agressiva no mercado internacional à proporção que se for afirmando vai despertando uma série de reações poderosíssimas, num sistema de concorrência, onde o jogo possui todas as cartas marcadas.

Ressaltamos, além do desenvolvimento por que estamos passando, forjado a duras penas, um fator forte — o momento atual.

As nações, sob o influxo dos grandes conflitos mundiais, sofrem profundas modificações na forma pela qual organizam suas atividades políticas e econômicas. Como explosões vulcânicas, os conflitos produzem uma série de abalos que traduzem as forças da constante evolução social que geralmente alteram as balanças de poder e atividade econômica, libertando e dinamizando as tensões que transformam o mundo.

Verificamos que, após as grandes destruições de uma grande conflagração mundial, o encaminamento da reestruturação e reorganização econômica sofrem a influência e o sabor dos conceitos e emoções vividas no conflito. A nova composição e outros arranjos econômicos exigem reformulação, tão logo a conjuntura vem demonstrar sua inadequação. As estruturas políticas e econômicas implantadas após a Primeira Grande Guerra atingiram o seu período crítico no início da década de 1930. A Grande Depressão teve início quando, em seguida à invasão japonesa da Mandchuria, o Banco da Inglaterra suspendeu as transações com o ouro.

Os arranjos econômicos básicos, efetuados pelas nações ao término da Segunda Grande Guerra, também tiveram sua falência em meados de 1971, na ocasião em que os USA abandonaram a troca de dólares por ouro, que constituía um dos principais papéis nos negócios econômicos e monetários. Um declínio contínuo em seu balanço de pagamentos, uma recessão econômica e os graves problemas de desemprego foram os responsáveis pelas medidas drásticas empreendidas pelo Governo Nixon.

Agora, observa-se que uma nova e poderosa onda de mudanças econômicas e sociais está atualmente contagiando e sacudindo o mundo, fomentando, paulatinamente, a instalação de novas relações políticas e econômicas para esta década, com prenúncios de que serão aceleradas ao final do século. Cada nova ordem internacional terá probabilidade de um período de vida mais abreviado que o anterior.

Nossos problemas são grandes; mas as possibilidades de êxito, imensamente maiores!

24) LACOSTE, Yves — *Apud* Haddock Lobo, R. — “Geografia Econômica” — São Paulo — 1970 — págs. 58/9.

3.3 – A SEGURANÇA, FULCRO DO DESENVOLVIMENTO

O homem não vive apenas o dia de hoje. As satisfações do presente não bastam, se o amanhã prenunciar intranquilidade e incerteza, se o futuro não nos der a garantia de que não edificamos inutilmente. Pressente o porvir e com ele se preocupa, porque anseia segurança. Sente os perigos e os prejuízos que a natureza pode ocasionar-lhe e procura controlar essas forças para colocá-las a seu serviço regular; luta para conseguir assegurar condições de vida mais compatíveis com a sua dignidade; pesquisa doenças e males, objetivando eliminá-los. Tudo isso o incita à criação, à planificação, ao aperfeiçoamento de técnicas para minorá-los e superá-los.

Com esta sadia motivação, suas conquistas e aspirações não se conservam insuladas, mas se nos apresentam antes como elos de uma cadeia infundável que deve ser preservada e continuada. Se buscou o amparo do grupo social, se procurou incorporar-se a suas instituições, se tentou fugir ao seu primitivismo e liberdade selvagem, teve em mira a segurança e a proteção que o Estado poderia e deveria dar-lhe. Ser essencialmente social sentiu a necessidade implacável de formar e desenvolver instituições de cooperação, não só para sua segurança como para a promoção de interesses comuns.

Os Estados, como os próprios homens, são influenciados e contaminados por paixões, expansionismo, choques de interesses, divergências e ambições que, muitas vezes, comprometem a estabilidade e a segurança dos demais. O indivíduo encontra no Estado os meios de que necessita para fazer observar e garantir seus direitos individuais e coletivos, aplicar as sanções indispensáveis ou reparar as ofensas recebidas, enquanto que este, ao contrário, não possui na comunidade internacional quem lhe faça a mesma justiça, reparando os erros e ressarcindo os prejuízos. O repúdio às injustiças e aos danos sofridos só encontra apoio em suas próprias forças e o recurso aos meios violentos tem sido uma constante, ensanguentando o mundo e modificando profundamente o curso normal das relações internacionais.

A evolução técnico-econômica e suas etapas diversas são atingidas de maneira muito desigual, gerando Estados ricos e Estados pobres. Os vertiginosos progressos científicos e tecnológicos e suas bem sucedidas aplicações nos mais variados setores da produção deram origem a um desequilíbrio tremendo e, simultaneamente, produziram o nascimento de influências e antagonismos.

O poder de destruição foi tão aperfeiçoado que o simples apelo à beligerância poderia acarretar o extermínio de ambos os litigantes. O recurso aos processos armados para as soluções de controvérsias internacionais foi solenemente proscrito, em 1928, pelo famoso Pacto Briand-Kellog, assinado por quase todas as Nações civilizadas. A guerra de agressão passou a ser considerada como um crime internacional. Mesmo assim, a guerra, tão velha quanto a própria humanidade, ainda continua existindo e não é de esperar-se que desapareça repentinamente, enquanto não mudarem as atitudes e os pensamentos dos homens de que os Estados só podem sobreviver enquanto estiverem lutando pelo poder.

A situação normal do mundo deveria ser o estado de paz, solidificado nos princípios do respeito mútuo entre os Estados, no reconhecimento de seus direitos

e deveres e jamais por fatores predominantemente econômicos e militares, procurando enfim impedir que a violência e a força sejam os árbitros dos destinos da humanidade.

Infelizmente, a realidade exhibe uma roupagem bem diferente. No cenário internacional reina a mais absoluta competição. A medida que um novo Estado se desenvolve, aumentam simultaneamente os seus problemas na comunidade das nações. Quando pequeno, decadente ou inexpressivo, as ambições de um Estado podem restringir-se ao mero caráter defensivo; quando desenvolvido, rico e poderoso adquire prestígio que procura conservar e, às vezes, demonstra o poder ofensivo, impondo aos outros mais fracos sua política ou sua economia, quando não tenta por vias diretas a dominação total pelas armas.

A conjuntura atual vem alterando o vetusto conceito de dominação. Os ciclos de influência, os grupos de pressão, a utilização do poder do capital e da tecnologia, a opinião pública internacional e a capacidade intimidativa das armas termo-nucleares deram um colorido multiforme à situação e relações internacionais, onde o soldado vem cedendo, gradativamente, o seu posto ao diplomata, numa ação estratégica indireta, internacional ou não.

Hoje em dia, não mais encontramos uma Nação que possa dispor de um poder sem paralelo, com absoluta capacidade de atingir, conquistar e consolidar, pacificamente, todos os seus objetivos nacionais.

Bertrand Russel, procurando dimensionar a espécie humana, disse que os homens têm necessidade de engrandecer-se. Esse anseio, síntese do caráter e da dignidade humanos, promana de desejos instintivos e intuitivos que revelam a necessidade de afirmação individual e grupal. Emerge, daí, o imperativo do desenvolvimento econômico, cuja grande meta é o crescimento da renda do povo para incrementar a disponibilidade de capital e garantir o bem-estar da nação.

Quanto mais alto nos protejamos, maior a nossa sensação de insegurança!

Quem se desenvolve precisa não só assegurar e proteger as conquistas efetuadas, como também preparar-se para novos empreendimentos. A segurança se nos apresenta como o fulcro em que se estriba o desenvolvimento. Devem ambos crescer juntos, inseparáveis como igualitários. Equiparam-se a duas capas que formam o livro da Nação, unidas pelo dorso do bem-estar. Significam ferro e cimento para concretizar o progresso da nacionalidade. Nunca será inoportuno reproduzir o tão repetido pensamento de Robert MacNamara:

“Numa sociedade que se está modernizando, Segurança significa Desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora este possa ser incluído; não é força militar embora deva ser considerada; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la.”

Outrora, a Segurança Nacional era considerada sob o aspecto inteiramente militar, ou confundida com um meio de defesa. Hoje, seu conceito ampliou-se, chegando a constituir-se em um dos deveres fundamentais do cidadão. Essa complexidade e amplitude conceitual não é apenas brasileira. Citamos Robert MacNamara e desejamos transcrever Ralph Williams que, com muita clareza, elucida:

“A Segurança Nacional é uma condição social. É algo que uma Nação acredita acerca de si mesma, algo que os dirigentes estão convencidos

ser necessário para manter o bem-estar permanente da Nação, e não um estado de prontidão militar, como alguns ainda acreditam. Significa, em certos casos específicos, a manutenção da soberania, do bem comum, do sistema econômico, da forma de governo e a liberdade individual dos membros de uma comunidade. Quando os dirigentes de uma nação conseguem satisfazer, adequadamente, aqueles valores acima aludidos, está sendo mantido um grau razoável de Segurança Nacional. Quando qualquer um deles, ao contrário, se encontra ameaçado, não estará sendo mantida em grau satisfatório a Segurança Nacional." (25)

A nossa Escola Superior de Guerra, dentro da atualidade brasileira e mundial, através de vários anos, consolidou uma oportuna conceituação, que resume as nossas assertivas:

"Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais." (C 18-123-72)

3.4 – OBJETIVOS NACIONAIS E A ESTRATEGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Para Kaplan e Katzenbach (26), "as questões importantes da política e do direito internacionais giram em torno dos objetivos dos Estados, das linhas de ação apropriadas para os perseguirem e realizarem, e dos riscos que estão dispostos a correr para protegerem os já alcançados". Compete, então, ao Poder Nacional adotar uma política e traçar uma estratégia que, reduzindo e neutralizando as pressões do universo antagonico, vá conseguindo realizar seus objetivos, contornando as dificuldades apresentadas.

"Os Objetivos Nacionais Permanentes – elucida com sua peculiar clareza Souza Brasil (27) – são aqueles que motivam e conformam, em determinada época histórica, toda a manifestação de um povo como nação, e possuem, em grau menor ou maior, um caráter de persistência, podendo, no entanto, sofrer alterações em face de mudanças fundamentais da conjuntura nacional ou internacional, como qualquer alteração sofrida pelos organismos vivos."

"Os Objetivos Nacionais Permanentes estão relacionados com os elementos básicos da nacionalidade: a terra e as peculiaridades da natureza; o homem e sua formação individual e sociológica; a qualidade das instituições."

"Os interesses e aspirações nacionais de caráter vital, fixados de modo natural nos Objetivos Nacionais Permanentes, passam a constituir a motivação básica de toda a ação da Política Nacional a ser desenvolvida pelo Estado."

25) Apud Souza Brasil, Francisco de — "Estudos de Problemas Brasileiros" — Biblioteca do Exército — 1971 — págs. 309/10.

26) Leme Lopes, F. — "Estudos de Problemas Brasileiros" — Biblioteca do Exército e Reus Editores — 1971 — pág. 312.

27) Idem, citado no n.º 25.

Nossos Objetivos Nacionais Permanentes, acrisolados em um longo processo histórico-cultural, emergem dos fundamentos da própria nacionalidade, materializando-se na integridade territorial, na integração nacional, na democracia, no progresso, na paz social, na soberania, sintetizando-se no bem comum, suprema aspiração de todos os objetivos, como um estado ideal de ordem, de segurança e justiça.

O Objetivo que mais interessa ao nosso estudo é o desenvolvimento. O Governo brasileiro vem se empenhando em intenso e bem elaborado programa para, em prazo relativamente curto, tornar o País uma potência.

Destacaremos, agora, com base no "I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)" — 1971/1974 — sancionado pela Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971 e nas "Metas e Bases para a Ação de Governo" (reimpressão em janeiro de 1971), os principais tópicos e prioridades com que a Revolução pretende atingir o seu principal propósito:

- "como objetivo-síntese, ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século;
- duplicar, até 1980, a renda *per capita* do Brasil (em comparação com 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) equivalente aos dos últimos três anos;
- elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10%, mediante:
 - 1) aumento da taxa de expansão do emprego até 3,2%, em 1974, com uma taxa média de 3,1%, no período 1970/1974;
 - 2) redução da taxa de inflação permitindo alcançar relativa estabilidade de preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do Governo Médici;
 - 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do controle progressivo da inflação."

Para conferir auto-sustentação e caráter integrado ao progresso, o desenvolvimento pressupõe:

- ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões;
- transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta;
- estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático;
- segurança nacional, interna e externa."

Para que se assegure a rápida aceleração do crescimento, com caráter auto-sustentável, no próximo estágio, será necessário desenvolver uma estratégia global

de desenvolvimento, de que decorrem, organicamente, uma estratégia industrial e uma estratégia agrícola, na forma seguinte:

"1 — Promoção de ESTRATÉGIA GLOBAL (*) caracterizada essencialmente por:

- objetivação de um desenvolvimento mais integrado, ou seja, menos dependente de um só setor — a indústria — e de um só fator dinâmico — o processo de substituição de importações — do que foi o período de pós-guerra. Isso significa, particularmente no Centro-Sul, a integração de um desenvolvimento industrial acelerado com um crescimento mais rápido na agricultura que na fase anterior, para permitir uma expansão complementar de demanda nos dois setores, simultaneamente, capaz de sustentar o aumento do PIB no ritmo programado de pelo menos 7 a 9% ao ano;
- a construção de uma sólida estrutura educacional, científica, tecnológica e industrial, como base do progresso na sociedade moderna e democrática. Isso permitirá o melhor aproveitamento possível do fator básico de desenvolvimento construído pelos recursos do País;
- a consolidação do esforço realizado no período 1964/1969 quanto à infra-estrutura econômica de Energia, Transportes e Comunicações;
- na dimensão regional, expansão da fronteira econômica nacional, principalmente em relação ao Planalto Central, vales úmidos do Nordeste e, progressivamente, à Amazônia, para tirar proveito da dimensão continental do País, ampliando, o mercado interno pela incorporação de novas áreas e, simultaneamente, pela melhor utilização da mão-de-obra abundante;
- nas áreas urbanas e rurais, incorporação de uma estratégia de absorção de núcleos de baixa produtividade na economia, de forma compatível com a aceleração do crescimento global.

2 — Execução de Estratégia Industrial:

- capaz de impulsionar a indústria nacional para um crescimento médio de 9 a 11% ao ano, em comparação com menos de 5% no período 1962/1966;
- destinada a diversificar as fontes de dinamismo industrial, no sentido da expansão do mercado interno e da promoção de exportações, além da substituição de importações, ainda significativas em setores como as indústrias químicas, de metais não-ferrosos, indústria eletrônica etc.;

(*) Como é natural, um país em desenvolvimento e que se moderniza como o Brasil, deverá realizar esforço substancial de conciliar a modernização tecnológica de segmentos da atividade agrícola e industrial com a aceleração do aumento do emprego de mão de obra e com a política de desenvolvimento voltada para a expansão do mercado interno. Aquela conciliação exigirá, antes de tudo, a preservação de taxas de crescimento do PIB acima de 7%, a seleção de setores, na área urbana, para absorção maciça de mão de obra (como a de construção) e a continuação da fronteira agrícola, na zona rural, além de políticas destinadas especificamente a qualificar e aumentar as oportunidades de utilização de mão de obra.

- destinada a permitir o ingresso do Brasil na nova Revolução Industrial, de forma seletiva, sem prejuízo da consecução da meta global de expansão do emprego;
- de fortalecimento das indústrias tradicionais, importantes para o início de criação de um mercado de massa e pela sua contribuição ao emprego de mão-de-obra, mas que vêm apresentando crescimento insuficiente (abaixo de 1% ao ano, no período 1962/1968).

3 — Execução de Estratégia Agrícola capaz de assegurar taxas de crescimento mínimas entre 6 e 8% ao ano.”

Por outro lado, fixou ainda as grandes prioridades nacionais, para o período 1970/1973:

I — Revolução na educação e aceleração do programa de saúde e saneamento.

II — Revolução na agricultura-abastecimento.

III — Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.

IV — Fortalecimento do Poder de competição da Indústria Nacional.”

Com esta estratégia, habilita-se o Brasil a marcar em pouco tempo os recordes que vem assinalando, que se convencionou denominar de “milagre brasileiro”, que, na verdade, nada mais é que uma soberba demonstração da capacidade empreendedora do brasileiro, com um plano de ação da melhor espécie, sob a orientação de um Governo sério, inspirador de confiança e patriotismo.

3.5 — A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

O desenvolvimento, em sua própria essência, é uma série encadeada de problemas, que se agravam à proporção que o seu crescimento se revela.

O Poder Nacional que, no campo interno, está caracterizado por sua perfeita e imediata unidade de mando, não se apresenta com a mesma amplitude no âmbito das relações internacionais, sofrendo certas limitações, uma vez que não opera no mesmo terreno nem pode utilizar-se dos mesmos meios para conseguir lograr os fins desejados. As relações internacionais determinam condições que ampliam ou restringem, que estimulam ou delimitam o prestígio das nações e que influem no resultado da livre competição entre elas em todos os campos do Poder.

A soberania — capacidade de que dispõe um Estado de tomar decisões com absoluta independência e de decidir, em toda a liberdade, as medidas a executar no interesse supremo da Nação, não mais pode revestir-se do radicalismo primitivo e tacanho de sua conceituação inicial. Com o desenvolvimento da vida na comunidade internacional, o caráter de direito legal absoluto atribuído ao Estado vai se desgastando, cada vez mais, por meio dos diversos compromissos e acordos comerciais, monetários ou tarifários.

Para termos uma apreciação mais detida das probabilidades que possuímos de enfrentar a concorrência internacional, torna-se preciso que penetremos na política nacional referente a todas as demais nações.

Isso requer, segundo Costa Pinto (28), "em primeiro lugar, o estágio, ou fase, ou etapa do processo em que a nação se encontra e, em segundo lugar, os interesses, valores e estilos segundo os quais, em cada caso, os grupos que lideram o processo procurem, com a política que adotem, construir ou condicionar o estágio seguinte".

Considerando-se ainda que, segundo o mesmo autor, "no que se refere à orientação de sua respectiva política exterior, as nações hoje em desenvolvimento poderiam ser classificadas em dois grandes grupos:

- 1) aquelas que visam à independência efetiva, caracterizada pelo fato dos centros de decisão de vida econômica e política estarem situados dentro da própria nação e que fazem de sua política externa um instrumento para lograr esse objetivo;
- 2) aquelas cujas aspirações parecem ter como limite final uma dependência próspera, do tipo que a Argentina manteve em relação à Inglaterra no século passado ou o Canadá mantém hoje em relação aos Estados Unidos."

O Brasil, pelo dimensionamento que procuramos expor, vem se colocando na primeira posição. Resta-nos, apenas, conhecer o pensamento de nossa política, exarado através de importantes pronunciamentos.

O Presidente Médici, em diversas ocasiões, vem definindo a linha tradicional que a nossa Nação vem adotando, religiosa e fielmente, desde o despertar do Povo Brasileiro. Destacamos alguns trechos que muito bem expressam os rumos de nossos objetivos:

- "A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para antecipar o que seremos" (29).
- "O nosso País se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos" (30).
- "Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria."
- "Repelimos qualquer tentativa, seja qual for o pretexto invocado, de restauração da tese de zonas de influência ou de imposição da vontade política de um país, ou grupo de países, a outros. Não apenas

28) Costa Pinto, L. A. — "Desenvolvimento Econômico e Transição Social" — Rio — Ed. Civilização Brasileira — 2.ª ed., 1970 — págs. 146/8.

29) Discurso proferido pelo Presidente Médici, no Palácio do Itamarati, em Brasília, em 20-4-1970.

30) Médici, Emílio Garrastazu — "A Verdadeira Paz" — Brasília — Dep. de Imprensa Nacional — 1971 — págs. 27 e 28.

a convergência de interesses e a identidade de reivindicações, mas também a consciência de que devemos ser elemento dinâmico no mundo, explicam nossa posição de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento e, entre eles, de modo particular, com os que formam a comunidade latino-americana.”

“A meta essencial de meu governo — enfatiza o Presidente Médici — pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX.”

4 — CONCLUSÕES

Estamos vivendo e nunca deixaremos de viver em um ambiente mundial de tensões e angustiosos problemas. Entretanto, não nos arrolamos entre as cassandras atuais na propagação de versões e prognósticos de que estamos próximos a resvalar no abismo, às vésperas de uma inevitável detonação termo-nuclear, que eclipsará para sempre o nosso planeta na via láctea.

O predomínio dos fortes e o conseqüente aniquilamento dos fracos, expresso na “lei da selva” da verdadeira doutrina do *struggle for life*, materializou, no século passado, a conciliação filosófica do individualismo em sua forma suprema, contagiando também nações.

Atualmente, não mais sentimos o bafejo daqueles tempos e não mais nos empolgam tais ideais. Vivemos uma época de justiça social, caracterizada pelo *help for life* que, por abranger o conceito unilateral e o caráter egoístico da doação da ajuda para a sobrevivência, transformou-se na *community for life*, cuja melhor tradução se ajusta à integração.

Jamais as relações internacionais foram tão proclamadas como inerentes à vida moderna e essenciais ao desenvolvimento dos Estados e da comunidade de nações, tendo a abarcar as esferas da atividade humana e da vida social, com variada morfologia condizente com as riquezas de seu conteúdo.

Se, após a Segunda Grande Guerra, ficamos à mercê da guerra fria, da confrontação político-ideológica entre o Ocidente democrático e capitalista e o Comunismo expansionista; logo mais, sentimos o frêmito de emancipação dos povos coloniais, verdadeira refrega entre novos conceitos com os velhos e mesquinhos interesses; por último, como se não fossem suficientes as tensões e angústias, imergimos na crescente oposição entre países ricos e pobres, entre os detentores do capital e da tecnologia e os que querem possuí-los, entre industrializados e os tradicionais fornecedores de matérias-primas, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Ainda após o segundo grande conflito mundial, surgiu, em decorrência de motivações, tanto de ordem política como econômica, uma forma inusitada de cooperação e de solidariedade internacionais. Basicamente, sob a ótica sociológica, o processo de integração econômica, que se realiza na economia do mundo entre grupos de nações, descobre sua origem e suporte fático no princípio de que os Estados, à imagem e semelhança do próprio homem, são impulsionados por necessidades e atraídos por interesses comuns, acoitados por ambições e seduzidos por paixões idênticas.

Os Estados que se uniam para a destruição da guerra, passaram a unir-se para construir o seu desenvolvimento. Inegavelmente, uma admirável lição aprendida a duras penas que a própria competição econômica forjara. . .

O Brasil não se ausentou dessa arena nem se acomodou às recomendações da minoria. Ao contrário, arregimentou forças, mobilizou esforços e executa estratégias para, ainda nesta década, assumir um lugar entre os desenvolvidos.

Para poder progredir, vencer obstáculos, conservar o patrimônio adquirido, melhorar a situação de uma nação, torna-se imperioso que cada um se convença de que a melhor maneira de alcançar o desenvolvimento está na conjugação de esforços, numa firme e deliberada união para a conquista das metas desejadas, na formação de uma consciência inabalável para produzir mais e de melhorar, cada vez mais, essa produção, na certeza de que o progresso geral redundará no de cada um em particular.

A batalha para o desenvolvimento não será um jogo temerário, mas um embate de vontades e objetivos, com um planejamento tecnológico à altura da consciência nacional, onde cada um, examinando sua capacidade, decide o que deve fazer pelo bem comum.

O desenvolvimento, realmente, não se restringe ao simples crescimento econômico. O acúmulo de riquezas de um país pode concentrar-se em mãos de pequenos grupos ou setores, e ser acompanhado da miséria de grande parte da população. Ninguém de sã consciência lograria qualificar esse processo como de desenvolvimento. O desenvolvimento passou a ser o grande problema a desafiar ousadamente o mundo, dividido entre nações poderosas, em crescimento rápido, e nações pobres, em estagnação ou processo lento. A ONU que denominara o período de 1960/1970 "Década do Desenvolvimento", diante da persistência do problema designou a atual década como a "Segunda Década do Desenvolvimento".

O desenvolvimento visa atingir, em última análise, os mais elevados estágios do bem-estar social. A estratégia, como arte de preparar e aplicar o Poder no momento certo, demonstra a maneira mais convincente para superar e destruir todos os óbices que a ele se antepõem.

Ao longo desta exposição, alinhei os avanços que estamos obtendo no processo desenvolvimentista, assim como os obstáculos e dificuldades que ainda teremos de superar. É preciso, ainda, estarmos motivados para suportar reveses, recuos, contornos, para que uma pequena pausa não sirva de desalento e desestímulo. Arrematando estas reflexões, devo assinalar esquematicamente algumas conclusões:

— O Brasil é, incontestavelmente, uma potência em ascensão. Tudo indica que no decurso desta década atingiremos o estágio do desenvolvimento perseguido. O primordial, o principal problema, reside na agressiva conquista e conservação de mercados internacionais, especialmente o de reserva da América Latina. Como decorrência lógica desse progresso, teremos de neutralizar o despeito, a aversão e os antagonismos produzidos em nossos vizinhos.

E, se assim procedermos, poderemos estar certos de que estamos ajudando nessa arrancada para o desenvolvimento e estaremos forjando não mais aquele país do futuro, mas um gigante do Presente.